ACTA Nº 8

Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Dezembro de 2002

--------Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Doutor Mário Júlio Almeida Costa, secretariado pelo Senhor Manuel da Rocha Pereira e pelo Senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. ----------

-------- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Profª. Carmina Furtado, Rui Santos e Francisco Martins. Todos justificaram as suas faltas.---------- -

------- A senhora Profª. Cármina Ângela Sérgio Almeida Neves Furtado foi substituída pelo Senhor Décio dos Reis Cardoso.----------

-------- O senhor deputado Rui Santos solicitou suspensão de mandato pelo período de um mês, por se encontrar ausente do país. Em sua substituição foi empossada a senhora Maria Odete Simões Ferreira Neves.----------

-------- O senhor deputado Francisco Martins solicitou suspensão do mandato pelo período de um ano, por se encontrar fora da área do município. Em sua substituição foi empossado o senhor Silvério Rodrigues Regalado.-----

-------- Ainda no uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a Acta da última Sessão, cuja cópia havia sido remetida aos senhores deputados. O senhor deputado José Luís Santos pediu que fosse alterado o texto da sua afirmação relativa aos arranjos nas escolas de santa Catarina, onde o senhor Vereador da Cultura tinha prometido a renovação da areia fina no recreio da escola. O senhor deputado Jorge Luís Oliveira pediu que fosse alterado o seu reparo relativamente aos lugares de estacionamento reservados para deficientes, com os quais concorda plenamente, mas que não concorda com os lugares marcados para determinadas pessoas sem deficiência, alguns dos quais existentes mesmo frente à Câmara. O senhor deputado pediu ainda que relativamente ao Parque de Campismo da Vagueira, fosse incluído que o senhor presidente da Câmara afirmou que não houve acordo por falta de concordância do senhor José Arlindo. Relativamente ao plano de pormenor, deve ser feita referência à preocupação que manifestou relativamente ao edifício dos Bombeiros Voluntários na Praça da República, onde devia ter sido permitida a construção de mais um andar, pois já tem altura de um segundo andar devido às águas furtadas. Colocada à votação, foi a acta aprovada por unanimidade.----------

-------- De seguida, o senhor presidente comunicou a correspondência recebida e expedida, ficando a mesma à disposição dos senhores deputados para eventual consulta.----------

-------- O Grupo Municipal do PSD apresentou de seguida um requerimento ao senhor Presidente da Mesa, pedindo que a Assembleia Municipal reúna pelo menos uma vez por mês até serem aprovados uma série de documentos importantes para o município.----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia respondeu que sempre que o senhor Presidente da Câmara entenda que há assunto urgente que não possa esperar para a Assembleia ordinária, a Mesa mostra-se inteiramente disponível para convocar uma reunião extraordinária.----------

-------- O Grupo Municipal do PSD entregou então um novo requerimento, pedindo o esclarecimento da situação do senhor deputado António Nunes, membro desta Assembleia, e que também tomou posse como membro da Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, tendo de seguida pedido nesta a suspensão do mandato ao abrigo do artigo setenta e sete da lei 169/99, de 18 de Setembro, de acordo com alínea) a e c) do mesmo artigo, sem que a Assembleia de Freguesia de Santa Catarina tenha deliberado sobre o mesmo, presumindo-se assim que esteja em

funções. O senhor Jorge Luís Oliveira usou da palavra para dizer que nada obriga a que a Assembleia tenha de se pronunciar sobre um pedido de suspensão de mandato, cabendo ao Presidente da Assembleia aceitá-lo ou não.------

-------- O Senhor Presidente da Mesa pediu aos membros da Assembleia quaisquer outros elementos que pudessem contribuir para esclarecer o assunto. Usou da palavra o senhor Fernando Capela, que referiu não ter nada pessoal contra o senhor António Nunes. O senhor António Nunes deu esclarecimentos e teceu considerações sobre a situação. Finalmente, o senhor Presidente considerou que o senhor António Nunes não está a acumular os dois cargos, sempre esteve de boa fé, sem a convicção de estar vinculado à Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, pelo que deverá continuar no seu lugar, na Assembleia Municipal, pois não ficou demonstrado o fundamento do requerimento em causa. Como ninguém fez qualquer observação, deu-se o assunto por encerrado.----------

-------- Seguidamente apresentou-se e tomou posse a senhora Maria Odete Simões Ferreira Neves, em substituição do senhor deputado Rui Santos, que só agora deu entrada na sala.----------

-------- De seguida interveio o senhor Joaquim Plácido, pedindo esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara sobre a duplicação do FFF às freguesias, nomeadamente a Santa Catarina. Pediu também informações sobre a situação do PDM e sobre a praça da Vagueira, os palheiros dos pescadores, ainda os muitos cães vadios que andam na localidade, o piso da estrada da Vagueira à Costa Nova e os semáforos da Vagueira. Apoiou ainda a realização de Assembleias Municipais extraordinárias devido aos assuntos pendentes, lembrando o regulamento de subsídios, e questionou o facto de um deputado por inerência poder fazer parte da Mesa da Assembleia Municipal.----------

-------- Respondeu o senhor Presidente da Mesa que um Presidente da Junta é membro nato da Assembleia e foi por ela eleito membro da Mesa.----------

-------- O senhor deputado Vítor Silva indagou o senhor presidente da Câmara sobre a exploração de inertes, nomeadamente sobre que diligências feitas pelo executivo junto do Ministério do Ambiente, sobre a fiscalização exercida e respectivos resultados, e ainda o porquê de ainda não ter reunido a comissão constituída para acompanhamento da situação. Chamou ainda a atenção para o tipo de tráfego que se faz na estrada de Salgueiro, onde a sinalização colocada não surtiu efeito.----------

-------- O senhor deputado José Luís Santos questionou também sobre a situação de PDM, nomeadamente se as juntas de freguesia serão ouvidas no processo. Colocou também a situação da abertura de valetas pela Câmara sem colocação de manilhas na entrada de um caminho em Santa Catarina. Chamou ainda a atenção para a falta de contentores na sua freguesia.----------

-------- O senhor deputado Hector Almeida pediu informações sobre os custos da iluminação de natal em Vagos.----

-------- A senhora deputada Luísa Costa questionou o senhor presidente da Câmara sobre as obras novas, com a chancela deste executivo, incluídas em PIDAC.----------

-------- O senhor deputado Paulo Frade, além das referências ao PDM e ao regulamento de subsídios, questionou o senhor presidente da Câmara sobre as suas intenções relativamente ao Centro Cultural de Calvão, que não aparece no Plano de Actividades. Perguntou ainda se a Câmara tem intenção de relançar a discussão pública sobre os novos Paços do Concelho. Perguntou ainda a razão de não ter sido entregue aos grupos municipais o resultado da auditoria realizada à Câmara. Colocou ainda a situação da perigosidade do pontão dos Cardais. Finalmente pediu ao senhor Vereador da Cultura informações sobre se tenciona apresentar a obra “Glossário de Termos Gandareses” e o ponto situação da anunciada monografia de Vagos. ----------

-------- A senhora deputada Elisabete Cardoso alertou para as valetas fechadas em Parada de Cima.----------

-------- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira relembrou os problemas das casas em ruína na Vila, do regulamento municipal de trânsito e do pedido de atribuição de um subsídio à Comissão de Melhoramentos de Vagos. Indagou das intenções da Câmara relativamente às fontes luminosas em frente à Escola João Grave. Pediu também a divulgação e debate na Assembleia do relatório da auditoria realizada à Câmara, e lembrou a urgência do regulamento de subsídios. Teceu ainda considerações sobre um artigo de jornal, da autoria do senhor Joaquim Plácido, relativo ao funcionamento das sessões da Assembleia Municipal.----------

-------- A senhora deputada Dulcínea Sereno propôs ao senhor presidente da Câmara a realização de uma reunião com todos os Presidentes de Junta para resolver os problemas relativos à duplicação do FFF.----------

-------- O senhor deputado António Nunes questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a condição em que se encontra a construção ilegal do senhor Arlindo da Rocha Viegas sita na rua que dá acesso à igreja de Santa Catarina. Lembrou também uma placa de delimitação do Concelho, em Mesas, que foi quebrada pela máquina da Câmara, bem como buracos na estrada dos Condes, e o corte de manilhas pela motoniveladora no acesso a um caminho.----------

-------- Respondendo às questões, o senhor Presidente da Câmara informou que foi garantido um fundo de quatrocentos mil euros para pagamento de facturas indexadas à duplicação do FFF. Relativamente ao PDM informou que as propostas de perímetros urbanos negociadas entre o anterior executivo e as Juntas não pioraram, foram melhoradas em alguns pontos, e que estão à disposição para consulta dos senhores Presidentes de Junta. Relativamente à praça da Vagueira, referiu que a lota será destruída e recolocada num dos palheiros a adquirir. Quanto aos cães afirmou que foi adquirido material específico para os apanhar, mas há uma pessoa na Vagueira que se tem oposto e se tem responsabilizado pela sua alimentação e localização. Relativamente à estrada para a Costa Nova, afirmou que o piso existente seria teoricamente anti-deslizante, mas que a Câmara considera a hipótese de colocar outro. Quanto ao regulamento de subsídios, afirmou estar em lista de agenda para a próxima reunião da Assembleia Municipal. Relativamente à extracção de inertes afirmou que a Câmara só age em terreno que lhe é cometido, não actuando em terreno de RAN e REN, mas que no ano de 2002 já foram cobradas mais coimas que no ano anterior. Lembrou ainda que os fiscais têm inteira liberdade de fiscalização e que todas as autarquias devem alertar para o que tiverem conhecimento. No que se refere à comissão de acompanhamento, o que estava em causa era um regulamento de taxa para indemnização por danos relativos à exploração legal. E no que se refere à exploração legal não há problemas de maior, exceptuando a extracção de barro na zona dos cardais, que não cumpriu o plano de reflorestação, tendo sido já notificado o ministério do Ambiente. Quanto à estrada de Salgueiro está realmente degradada, mas está à espera das obras de saneamento a realizar em breve. Relativamente aos contentores, afirmou o senhor Presidente que foram distribuídos os que vieram, que houve contenção de despesas, e que as freguesias desfavorecidas serão favorecidas na próxima oportunidade. Quanto às iluminações de Natal, custaram exactamente o mesmo que o ano passado. Quanto às obras do Concelho em PIDAC, afirmou que há muitas obras que não estão na página de Vagos, mas em outros programas. Quanto ao Centro Cultural de Calvão afirmou que está a ser estudada a resolução dos problemas relativos à aquisição dos terrenos. Relativamente aos Paços do Concelho, afirmou que se encontrou uma solução provisória na recuperação da Escola Secundária, e quando a Câmara aí estiver instalada será posta à discussão a localização dos novos Paços do Concelho. Relativamente à auditoria foi remetida à Mesa da Assembleia para agendamento. Relativamente ao pontão dos Cardais regista a necessidade de obras. Relativamente ao Glossário de Termos Gandareses, apresentado em mira, não carece de ser apresentado em Vagos, carece sim de ser distribuído em Vagos. Quanto à monografia de Vagos,

encontra-se pronta e será em breve apresentada em Vagos. O senhor Presidente referiu ainda ter registado para ordenar o arranjo das valetas referidas pela senhora deputada Elisabete Cardoso, e teceu comentários oportunos à situação das valas em todo o Concelho. Relativamente ao problema das casas em ruínas, reconheceu que na vila o problema é mais difícil de resolver e deu algumas explicações sobre os procedimentos da Câmara. Sobre a comissão de trânsito, afirmou que tem estado a trabalhar e se continuam a colocar sinais à medida que é possível. Sobre o regulamento de trânsito, afirmou que só quando se inverte uma regra de trânsito é necessária deliberação da comissão de trânsito. Relativamente à Comissão de Melhoramentos, afirmou que há um desencontro entre o que esta pede e a documentação em poder da Câmara, pelo que foram pedidos novos elementos de prova, encontrando-se a aguardar. Afirmou também que está à disposição para consulta o parecer jurídico sobre a remuneração do anterior Presidente da Câmara. Sobre o muro ilegal em Santa Catarina, afirmou que o proprietário tem um prazo de dois anos para legalizar a obra, se ela for legalizável, caso contrário será demolida, encontrando-se o assunto em estudo pelos técnicos. E prestou ainda esclarecimentos sobre alcatroamentos de estradas.----------

-------- A senhora deputada Helena Marques usou da palavra para se referir às valetas tapadas na Parada de Cima.-

----------ORDEM DO DIA----------

-------- PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia questionou os senhores deputados sobre se já conheciam o conteúdo da comunicação escrita do senhor Presidente da Câmara, no sentido de este poder transmitir apenas resumidamente essa comunicação. Dado o assentimento da Assembleia, o senhor Presidente assim procedeu, relativamente ao período de onze de Setembro a vinte e três de Dezembro e sobre a situação financeira da Câmara à data de vinte e três de Dezembro.----------

-------- No uso da palavra para pedir esclarecimentos, o senhor Décio Cardoso questionou o senhor presidente da Câmara sobre a situação em que se encontra o Lar de Ouca, se está em elaboração um plano de pormenor ou tem de esperar pelo PDM.----------

-------- O senhor António Nunes perguntou sobre a situação em que se encontra o processo de saneamento em Santa Catarina, se já foi adjudicado.----------

-------- A senhora Luísa Costa questionou acerca da duplicação do FFF, estranhando a redução de verbas para a celebração de protocolos com as Juntas de Freguesia, e perguntando se vão ser transferidas competências da Câmara para as Juntas, nomeadamente ao nável da limpeza de valetas e da manutenção de escolas.----------

-------- O senhor Fernando Capela louvou a Câmara pelo que vem realizando e pelos pagamentos efectuados.---------

------- O senhor Joaquim Plácido referiu a presença da Rádio Voz de Vagos, que relacionou com o recebimento de um subsídio, e afirmou que a Câmara não pode dar tudo, pelo que retirou os protocolos mas deu muito mais em duplicação do FFF.----------

-------- O senhor Jorge Luís deu os parabéns à Câmara pelas iluminações de Natal, bem como pela recente campanha de sensibilização ambiental, chamando de seguida a atenção para o equipamento social e administrativo da Zona Industrial, o qual deveria ter ido ao Conselho Local de Acção Social (CLAS). Questionou também sobre a habitação social em Ouca, a rotunda da Carregosa, o serviço de hidroginástica e criação da respectiva taxa a aprovar pela Assembleia Municipal e a criação de uma instalação para cães em Vagos.----------

-------- O senhor presidente da Câmara respondeu sobre o Lar de Ouca, que não é possível fazer um plano de pormenor para uma área tão pequena, e que fazendo-o as consequências seriam tremendas, e que não foram

encontradas licenças nem para o antigo nem para o novo Lar, o que limita as possibilidades; e que o projecto do Lar já violava o PDM, pelo que se devia ter pedido a suspensão do PDM nesse lugar; a que se tentará agora fazer é sensibilizar as várias entidades envolvidas para darem pareceres favoráveis e para serem breves. Relativamente ao projecto de Santa Catarina, respondeu que o projecto de arranjo urbanístico está feito, estando em execução os projectos de saneamento e de beneficiação da estrada Ouca/Santa Catarina estão a ser executados. Quanto à duplicação do FFF, referiu que este não esgota as outras possibilidades, nomeadamente protocolos e subsídios para outras obras. Sobre a não consulta do CLAS, informou que esta depende da determinação dos técnicos. Sobre a habitação social, informou que estão a ser adquiridos terrenos segundo as previsões do PDM para avançar com a construção logo que possível para resolver problemas locais. Quanto à instalação para animais, o problema está a ser ponderado e a ser negociada uma candidatura. Relativamente à taxa de hidroginástica, está prevista uma alínea no regulamento em que a Assembleia autoriza a Câmara a fixar a taxa.----------

-------- O senhor Jorge Luís reiterou a necessidade de que o CLAS se pronuncie sobre as situações em causa, pois faz parte do seu estatuto. ----------

-------- O senhor Presidente da Mesa questionou de seguida a Assembleia sobre a continuação dos trabalhos, dado ser já meia-noite. O senhor Jorge Luís alertou para o facto do trabalho a realizar ser muito demorado e apresentou um requerimento a pedir cópia do relatório de auditoria `a Câmara Municipal e do parecer jurídico relativo à situação do anterior Presidente da Câmara Municipal. Dado o assentimento geral, os trabalhos prosseguiram.

-------- PONTO DOIS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2003 ----------

-------- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para apresentar o documento, dando algumas explicações que considerou mais relevantes, realçando tratar-se de um plano, de um documento de previsões a nível de receitas e de despesas, e que este plano é uma aposta clara nas necessidades do concelho e na capacidade negocial do executivo. De seguida, referiu que se realizaram diversas reuniões em várias instituições e que o Plano foi elaborado dentro do quadro legal, dentro do pedido de contenção de despesas e de uma perspectiva realista de investimento. Referiu ainda que a elaboração do plano fez-se tendo em conta antes de mais o saneamento de dívidas a fornecedores e empreiteiros, num total de dezasseis meses. Manifestou assim acreditar na capacidade negocial do executivo, no ritmo que se está a imprimir e num cumprimento de cerca de sessenta a setenta por cento do Plano. Considerou ser um Plano equilibrado, que respeita as vontades manifestadas pelas Juntas de Freguesia, que respeita a divisão equitativa das receitas pelas diversas Juntas e que respeita as necessidades do concelho.-------

-------- A senhora deputada Dulcínia Sereno leu à Assembleia um extracto da acta da reunião de Câmara, de vinte e cinco de Outubro de dois mil e dois, respeitante ao ponto trinta e dois, do Capítulo de Assuntos Administrativos e Financeiros, da Ordem do Dia, com o título “Juntas de Freguesia – Atribuição de Subsídio”. No final da leitura afirmou não acreditar que os votos contra se devam a desconhecimento. Quanto à atribuição de subsídios, feita de forma equitativa para todos, é um acto de coragem por parte da Câmara, pois as Juntas de Freguesia têm poucos fundos.----------

-------- O senhor deputado Joaquim Plácido manifestou preocupação pelo aumento de despesas e questionou o senhor Presidente da Câmara das razões para um aumento de cerca de quarenta mil contos nas despesas correntes. Questionou ainda sobre qual o desfasamento que se verificará nas despesas de capital, uma vez que estão previstos catorze milhões de euros, tendo no ano de 2000 sido de três milhões de euros. Finalmente, perguntou quais eram as

grandes obras, se eram os armazéns, perguntou como se irá realizar o apoio aos centros sociais, e a razão para se quadruplicarem os passivos financeiros de 282 mil euros para 1 milhão e 100 mil euros.----------

-------- O senhor deputado António Nunes afirmou que na sua freguesia não viu obras que tenham justificado um cumprimento de metade do Plano e que essa fasquia pode ser atingida numa só obra. De seguida deu a sua opinião sobre a transferência do FFF (Fundo Financeiro das Freguesias), afirmando que para a promessa ser integralmente cumprida a Câmara devia controlar os gastos, mas nunca antes, somente depois. Porque a promessa da campanha eleitoral era transferir uma verba igual à do FFF, não a assinatura de protocolos.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara referiu, acerca do aumento de despesas correntes, que o Plano foi feito dentro da lei. Plano que tem uma componente política e outra técnica e financeira, que tem de ser cumprida. No entanto não se verifica um aumento das despesas correntes. Há sim uma integração de valores que no Plano de 2002 não estavam nas despesas correntes. Para que no decorrer do ano de 2003 não se repita a impossibilidade de transferir verbas entre as diversas rubricas e se possam pagar atempadamente as dívidas resultantes de serviços prestados à Câmara. Este Plano contém ainda o pagamento de dívidas respeitantes aos anos de 2001 e 2002. Além disso o que inflaciona bastante as despesas correntes são as actualizações salariais feitas anualmente, o que faz parecer que aumentou o número de funcionários da autarquia, tendo no entanto acontecido o contrário. A compra de viaturas e outros equipamentos faz também aumentar as despesas. Elaborar um Plano implica fazer previsões, nalguns casos baseadas nos valores dos últimos 24 meses; essa flexibilidade tem de ser tida em conta, pelo que as próprias receitas podem ser superiores. Como por exemplo, na venda de lotes da Zona Industrial, que pode proporcionar um encaixe de cerca de 350 mil contos. Referiu ainda que não se efectuaram alcatroamentos na freguesia de Santa Catarina porque nem as condições climáticas o permitiram nem os funcionários podem acudir a todos os locais ao mesmo tempo. E os projectos demoram tempo a ser executados, têm de ser feitos os concursos, o que atrasa a vontade geral de realizar as obras. Não há por isso preferências por nenhuma freguesia; há sim imperativos e imponderáveis que têm de ser tidos em conta. Quanto ao arranjo do centro de Santa Catarina, ele não se realizou porque o executivo entendeu que a obra devia contemplar o saneamento dessa zona. No que respeita à derrapagem orçamental, ela é uma realidade para quem quer ter um plano e orçamento flexíveis. E poderá atingir cerca de 10 a 15%. A realização de um Plano depende de situações imponderáveis. De seguida, e acerca da atribuição de uma verba semelhante à do FFF, referiu que a deliberação camarária distingue a realização de pequenas obras, limpeza de valetas e aquisição de máquinas e viaturas, que inclui todas as incumbências de uma Junta de Freguesia.----------

-------- O senhor deputado Fernando Vieira afirmou que tinha algum receio da transferência dessas verbas, pois assim as Juntas de Freguesia ficavam com responsabilidades acrescidas, que poderiam não conseguir concretizar, pois considerou essas verbas insuficientes.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara declarou saber que as responsabilidades das Juntas de Freguesia são demasiadas para uma quantia como a do FFF duplicado.----------

-------- O senhor deputado Fernando Capela referiu que não valia a pena iludir a questão, pois ela é política. Afirmou que o senhor Presidente da Câmara teve a ousadia de prometer na campanha a duplicação do FFF e que cumpriu, enquanto que anteriormente se faziam protocolos para encher páginas de jornal, ficando as despesas por pagar. Por isso afirmou que não havia razões para os deputados do CDS-PP estarem aborrecidos, pois têm dinheiro sem terem de o chorar e têm um presidente que cumpre as promessas.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara usou de seguida da palavra para responder a duas questões colocadas pelo senhor deputado Joaquim Plácido. Quanto aos centros sociais, afirmou ser uma novidade um apoio efectivo na construção de centros sociais. Quanto aos armazéns afirmou que serão uma realidade no actual mandato, pois há uma solução financeira para assegurar a sua construção. A única dúvida prende-se com a sua localização, tendo sido equacionado proceder à sua construção na Quinta da Mónica, aproveitando infra estruturas existentes, e não na Zona Industrial.----------

-------- A senhora deputada Helena Marques congratulou-se com a atribuição de uma verba semelhante à do FFF, afirmando não haver nenhuma razão para esse procedimento ser posto em causa. Quanto aos protocolos, recordou que também os celebrou com o executivo anterior, mas que quem pagou foi o executivo actual. Quanto à questão relacionada com execução de outras obras, referiu que o Plano de Actividades contempla várias em todas as freguesias. Assim, toas as críticas apontadas são tentativas de atirar areia aos olhos, pois esta atribuição é justa e equitativa.----------

-------- O senhor deputado Fernando Capela afirmou que a bancada do PSD, vai votar favoravelmente o Plano, pois ele é fruto do trabalho do executivo desse partido. Afirmou ainda que durante o ano de 2002, apesar de grande parte do trabalho ter sido o de pagar dívidas, foram dadas orientações e iniciaram-se projectos. Assim, o Plano em discussão tem projectos e ideias, algo que anteriormente não existia e que é fundamental para uma correcta execução. Considerou o Plano arrojado e afirmou compreender o nervosismo dos vereadores do CDS-PP, pois este Plano é contrário ao que os anteriores executivos fizeram. Afirmou ainda, que o Plano demonstra as linhas mestras da gestão do PSD: grandes eixos rodoviários, como a construção da Circular a Vagos, pelo lado poente, na zona do percurso histórico do caminho dos Cavaleiros, a Biblioteca, a recuperação e utilização do Externato de S. João, que poderá servir a Câmara por vários anos. Lembrou ainda a opção por parar a construção do Estádio, até se garantirem fundos, a recuperação e embelezamento de espaços centrais nas freguesias, o estudo de obras nos principais eixos viários de ligação às freguesias, incluindo passeios, recolha de águas pluviais e saneamento.--------

-------- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira lembrou que não foi salvaguardado e cumprido o estatuto do direito de oposição, que implica que os documentos sejam previamente remetidos aos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, mas sem assento na Câmara, para que possam ser dadas opiniões. De seguida congratulou-se com a atribuição de uma verba semelhante à do FFF e à forma equitativa como é feita. No entanto lembrou que está prevista no Plano, embora sem definição clara, a transferência de uma verba de 447.430 euros para as freguesias. E questionou se a transferência dessa verba se relaciona com o pagamento de protocolos anteriores. Recordou que a sua bancada tem sucessivamente solicitado que seja elaborado um mapa, de carácter anual, no qual sejam registadas todas as transferências para as Juntas de Freguesia. No corrente ano essa solicitação não será feita, pois está prevista na atribuição de uma verba semelhante à do FFF. Quanto às transferências no valor de 300.000, referiu que seria desejável um plano que previsse a distribuição dessa verba. No que respeita às receitas, afirmou que o município vive praticamente à custa do dinheiro do Orçamento do Estado, pois estas quase não aumentam, situação que devia merecer especial atenção por parte do executivo. Porque há indicações de perda de competitividade e de desaceleração, como a diminuição da sisa. Quanto ao recurso ao crédito, questionou se haverá autorização governamental. Não entende assim a previsão de crescimento da contribuição autárquica, do imposto de circulação automóvel e da perspectiva de arrecadar 1 milhão e 200 mil contos em Receitas de Capital, questionando esses valores, num ano em que se pede contenção. Considerou assim este orçamento um pouco melhor, mas também um pouco mais do mesmo, lembrando que é o maior orçamento de sempre do concelho e que será difícil gerar

receitas para alimentar todas as despesas. Para finalizar, afirmou não acreditar na concretização prevista do orçamento; o aumento em relação ao anterior é de 9,3% mas no que respeita à conta de gerência é de 135%.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara referiu que, relativamente aos protocolos, este Plano tem inscritas dívidas respeitantes a protocolos anteriormente assinados. Quanto à contribuição autárquica, referiu que o prazo de isenção de dez anos, no que respeita à maioria de habitações da Praia da Vagueira, está a terminar, o que originará um acréscimo das receitas. No que respeita à sisa, e uma vez que se prevê a venda de lotes da Zona Industrial, irá verificar-se também um acréscimo do valor a cobrar. Quanto à alienação de património, o valor que está inscrito, de 5.900.000 euros, é mesmo superior, já que os terrenos e lotes da Zona Industrial, Praia da Vagueira, Lomba do Forte Velho, Estádio de Vagos e área do Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora poderão originar receitas de 7.182.689 euros. Afirmou ainda acreditar que a contenção pedida para 2003 só fará sentido nesse ano, e que em 2004 o governo investirá no crescimento do país. Quanto ao recurso ao crédito, referiu que a rubrica que lhe faz referência e que se encontra no Plano diz respeito a valores já contratados e que ainda não foram usados. Em termos genéricos lembrou que no Plano está previsto o pagamento de dívidas anteriormente assumidas; além disso, muitos dos projectos são plurianuais e terão uma execução ao longo do tempo. E sobre a afirmação deste Plano ser "mais do mesmo", afirmou que não é verdadeira. E afirmou ainda que também poderia dizer ao senhor deputado que a sua declaração "é mais do mesmo", pedindo-lhe que confie e que olhe para os planos de outra forma, já que a inscrição de receitas depende dos resultados dos últimos vinte e quatro meses.----------

-------- O senhor deputado Décio Cardoso abordou a intervenção do senhor deputado Fernando Capela, afirmando que não vale a pena perder tempo com coisas fúteis e que essa intervenção se assemelhou a campanha política. Quanto ao orçamento, afirmou que, em traços gerais, lhe parece irrealista, como no fundo o é qualquer previsão. Lembrou que no mandato anterior eram feitas muitas críticas, por parte de deputados do PSD, que afirmavam que os orçamentos eram irrealistas. E deu a sua opinião, de que se há verbas para gastar, os orçamentos devem ser alargados, para não condicionar a actividade. Porque na altura da aprovação da Conta de Gerência é que se verifica a actividade do executivo.----------

-------- O senhor deputado Manuel Managão começou por lamentar que não esteja prevista no Plano nenhuma obra no lugar de Lavandeira, especialmente no Vale das Maias, tão carenciado de estradas e bens sociais e que depende em inúmeras situações dos concelhos de Ílhavo e Aveiro. Seguidamente fez uma intervenção do seguinte teor: "embora não possua os valores de execução orçamental de 2002, permite verificar-se um acréscimo global de 9,34%. As despesas correntes sobem para 6.126.515 euros, mais 12,4%, enquanto que as despesas de Capital têm uma subida mais ligeira, quedando-se por um aumento de 8%. Merece especial destaque o custo com o pessoal, que se situa em 46% do total das Despesas Correntes, isto é, 13,4% do Orçamento Total. De resto parece-me um orçamento equilibrado e exequível, contrariamente ao que acontecia no passado, cujos orçamentos eram executados a um nível de 50% do total orçamentado, sem que a Assembleia tivesse oportunidade de se pronunciar pelas suas alterações, normalmente comprometedoras dos anos seguintes. Esperamos que, com a aplicação integral do POCAL, e com a implementação das regras técnicas de auditoria e controlo que lhe são aplicáveis, os orçamentos passem a ser, como parece ser este o caso, as bases fundamentais de trabalho e gestão autárquica, pois só se consegue governar se bem se controlar. É evidente que para este objectivo seja plenamente conseguido, necessário se torna contratar técnicos ou serviços no âmbito da aplicação integral do POCAL, incluindo a necessária inventariação do imobilizado técnico, e das auditorias indispensáveis a certificação do sistema. Este orçamento, nas

aplicações de Capital, aponta e aposta claramente na satisfação das necessidades básicas das populações e na melhoria da sua qualidade de vida, não descurando as instituições sociais. É notório, também, uma aposta forte na juventude de hoje, homens e mulheres de amanhã, com o reforço de verbas para escolas, creches e instituições desportivas e de tempos livres. Por tudo isto entendo que o meu voto só pode ser favorável ao Plano e Orçamento apresentados."----------

-------- De seguida usou da palavra o senhor deputado Silvério Regalado, afirmando, acerca da questão do FFF, que considerava inaceitável que algumas pessoas fizessem críticas, esquecendo que anteriormente os protocolos não eram por vezes cumpridos e gerando situações de dívidas que se arrastavam. Sobre o Plano, referiu que apesar de morar numa vila com qualidade, existem muitas carências, especificamente na área de equipamentos desportivos. Abordou ainda a questão da rotunda Fontão/Carregosa e colocou duas questões, sobre o fim das obras de abastecimento de água e sobre a biblioteca. Perguntou ainda qual será a taxa de execução do Plano e Orçamento e considerou ainda ser de louvar a aposta feita na juventude, nomeadamente no parque escolar, desportivo e a biblioteca.----------

-------- O senhor deputado Jorge Luís começou por abordar o Orçamento da Assembleia, desejando saber se os valores inscritos, na ordem dos 21.840 euros, incluem as horas extraordinárias dos funcionários. Quanto às transferências de Fundos Comunitários, recordou que os Orçamentos de 2001 e 2002 também previam quantias elevadas, mas no entanto o município só recebeu cerca de 10%. De seguida, e acerca do Plano, questionou sobre obras e equipamentos previstos para a Zona Industrial. Assim, e da página dezassete do mesmo Plano questionou a rubrica de 550.000 euros, sendo 50.000 em 2003. Da página vinte e cinco, questionou a rubrica de 154.875 euros, dos quais 41.480 em 2003 e com 113.395 euros já realizados. Da página vinte e seis questionou a rubrica de 250.000 euros para 2003 e 500.000 euros para 2004, com subsídio de 70% de Fundos da União Europeia. Acerca destas rubricas, manifestou o desejo de saber de que obras se tratam efectivamente e se está mesmo garantido o seu financiamento através dos fundos comunitários. De seguida, da página dezassete, questionou a inscrição de rubricas em locação financeira pelo prazo de um ano, manifestando estranheza por esse facto, uma vez que as aquisições através do sistema de locação costumam ter períodos superiores a um ano. Manifestou também estranheza por ter sido atribuída somente uma verba de 5.000 euros para a Protecção Civil. Quanto à verba de 285.000 euros para os Centros Sociais, considerou que deviam estar discriminados. De seguida abordou a obra de arranjo da Praça Central da Praia da Vagueira, chamando a atenção para o facto de as obras estarem a decorrer e não estar inscrito nenhum valor realizado no ano 2002. Quanto à página vinte, e na rubrica do saneamento da Praia da Vagueira, questionou as razões de no Orçamento de 2003 estar previsto um financiamento de fundos comunitários de 74% e em 2003 de 64%, desejando saber se efectivamente está garantido algum financiamento. Continuando na mesma página do Plano, questionou se houve alteração de projectos no que respeita às obras de drenagem das águas residuais da EN 335, em Salgueiro e na estrada 333, a ligar Boco a Ouca. Para a estrada 335 estavam previstos, em 2002, 100.000 euros, sem financiamento e para 2003 a quantia aumentou para 193.000 euros, com financiamento de 65%. Para a estrada 333 estavam previstos 150.000 em 2002 e a quantia aumentou para 400.000 euros em 2003, também com financiamento de 65%. A mesma situação se passa com a drenagem de águas residuais na Avenida João Grave, que tinha uma previsão de 200.000 euros em 2002, tendo em 2003 uma previsão de 380.000 euros com 65% de financiamento. Destacou depois obras que não estavam previstas no Plano anterior, como as respeitantes a Elevação e Tratamento de águas em diversas localidades, perguntando se há garantias de financiamento. Continuou de seguida a questionar das razões para o surgimento de valores diferentes do plano anterior, no que respeita ao

realizado, ao montante financiado por fundos comunitários e no custo total da obra. Neste sentido, enumerou os casos das obras de abastecimento de água a Calvão e Santo André, Calvão/Sul, Ponte de Vagos, Rio Tinto e Tabuaço, Covão do Lobo, Fonte Angeão e Santa Catarina, da Piscina Municipal e da rotunda na estrada 334, no Covão do Lobo. Para concluir, questionou qual a Ponte da Fareja que se pretende recuperar. E afirmou esperar que, na discussão da Conta de Gerência de 2003, não ter de dizer "mais do mesmo".--

-------- O senhor deputado Fernando Vieira afirmou não ser contra a atribuição de uma verba semelhante à do FFF, desejando que isso já tivesse acontecido em 2002. Afirmou ainda que seria desejável que o senhor Presidente da Câmara promovesse uma reunião com todos os Presidentes de Junta. Quanto ao Plano, afirmou não acreditar nele, recordando que no início de 2002 foi entregue o Plano Plurianual da freguesia de Sosa, contendo mais de uma centena de obras. No Plano posteriormente elaborado na Câmara foram incluídas cerca de vinte e cinco, das quais cinco já estavam feitas. No decorrer do ano de 2002 foram feitas uma e iniciada outra. Do Plano de 2003 foram excluídas dez obras e incluídas outras dez. Dos sete lugares da freguesia, dois não estão previstos no Plano. Para finalizar, perguntou qual o futuro reservado aos funcionários da Câmara encarregados da limpeza das valetas, uma vez que esse trabalho passa a ser feito pelas Juntas de Freguesia.----------

-------- A senhora deputada Luísa Costa entregou à mesa uma declaração de voto, que se transcreve: "da análise do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2003, podemos, em termos sumários, retirar algumas conclusões de suma importância. Desde logo, o facto de este Plano se apresentar, quer ao nível das receitas, quer ao nível das despesas, extremamente inflacionado, acentuando-se assim, de uma forma superlativa, a tendência dos últimos anos. Os valores apresentados são astronómicos e ascendem aos 21.121.650 euros. Bem sabemos, é certo, que um plano é um plano, e como tal, está sujeito às contingências da sua execução. Daí que, seria excessivo, e até absurdo, exigirmos do Executivo, um orçamento com exequibilidade efectiva de 100%. Ainda assim, somos de opinião de que à sua elaboração deve sempre presidir a possibilidade da sua real execução. Com esta sobreorçamentação, não é difícil concluirmos que o Plano em apreço é puramente utópico, estando o seu cumprimento comprometido desde o início. Discordamos ainda da redução das verbas destinadas a apoiar o turismo e a cultura, e bem assim das verbas disponíveis para a celebração de protocolos. Finalmente, a bancada do CDS-PP, não pode assumir uma posição favorável relativamente a um Plano que foi elaborado à margem dos senhores Presidentes de Junta, pois seria de todo o interesse o Executivo ter reunido com os autarcas, no sentido de averiguar as prioridades de cada freguesia para o ano de 2003. Pelas razões expostas, a maioria deste Grupo Municipal, ressalvadas outras opiniões diferentes, como aliás acontece em democracia, entende ser a abstenção o sentido de votação que melhor reflecte a sua posição face ao ponto em discussão. Não votamos contra para não inviabilizar a acção da Câmara Municipal."-

-------- O senhor deputado Orlando Marques chamou a atenção para várias rubricas do Plano, que contemplam arruamentos da sua freguesia, e que prevêem despesas de 1.000 euros. Questionou se a razão para esses valores se deve a abertura da rubrica, ou se efectivamente se pretende alcatroar as ruas ou somente tapar os buracos.----------

-------- O senhor deputado Fernando Capela usou da palavra para afirmar: "parece que os senhores deputados Décio Cardoso e Fernando Vieira enfiaram a carapuça; é problema deles."----------

-------- O senhor deputado Silvério Rua, usando da palavra, questionou para quando o início do arranjo da Betel. De seguida, e falando acerca da intervenção do senhor deputado Décio Cardoso, lembrou que o senhor deputado Fernando Capela havia falado em vereadores do CDS-PP e não em deputados do CDS-PP. Quanto à intervenção da senhora deputada Luísa Costa, afirmou: "não é nada de admirar pois já ouvi isso ontem à noite."----------

-------- O senhor deputado António Nunes usou da palavra para analisar o Plano no que concerne às obras inscritas para a sua freguesia. Enumerou diversas iniciadas já no ano 2000 e com conclusão prevista para 2003. Destacou as obras de arranjo do centro da freguesia, com fim previsto para 2003 e de saneamento, com fim previsto para 2004, comentando que assim, terá de ser destruído parte do arranjo para efectuar as obras de saneamento. Pelo facto de algumas obras não estarem concluídas e outras nem sequer iniciadas, questionou as razões para isso ter acontecido. Quanto à questão do clima, lembrou que só começou a chover em Setembro. De seguida, abordou várias obras com início previsto para 2003. Afirmou que, como durante o ano de 2002 nada foi feito em nove obras já inscritas, no ano de 2003 terão de ser executadas vinte e duas obras. Congratulou-se com o facto de tais obras estarem previstas mas considera que o Plano não é exequível.----------

-------- O senhor deputado Paulo Frade, no uso da palavra, considerou negativo que as rubricas que contemplam a cultura e o turismo tenham visto o seu orçamento diminuído. De seguida manifestou-se espantado com as contradições encontradas, nomeadamente no que respeita a gastos com funcionários. E lembrou que circulam notícias, que não sabe se são ou não verdadeiras, de que, além de terem sido contratados sete novos funcionários em 2002, se prepara um concurso para admissão de mais de vinte funcionários. Em geral, considera assim que o Orçamento contradiz a anunciada contenção, pois está inflacionado. Quanto às grandes opções, considera que não há novidades, pois são basicamente as mesmas – abastecimento de água e cuidados de saúde. Para concluir, informou que a freguesia de Sosa não é vila, é sim uma aldeia como as outras, pelo que não deve haver discriminações. Quanto às afirmações sobre documentos com referências do Caminho dos Cavaleiros, afirmou não conhecer nenhum, pedindo que lhe fossem indicados tais documentos.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara usou de seguida da palavra, respondendo às questões colocadas. Quanto ao empolamento de 12% das despesas correntes, ele é deliberado, pois as receitas correntes já cobradas, ultrapassam, na data da Assembleia, as receitas previstas na mesma medida, pelo que foi feito o acerto, seguindo as regras de execução de um orçamento. Quanto ao aumento das despesas com pessoal, ele é de 2,8%, que resulta do legal inflacionamento, decorrente da actualização de vencimentos, de mudanças de escalão e reclassificação. Além disso, surgiram alterações decorrentes do Decreto-Lei 26/02, de 14 de Fevereiro, que fez com que determinadas despesas passassem da rubrica “Bens e Serviços” para a rubrica “Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença”. Daí que objectivamente não haja um aumento superior aos obrigatórios 2,8%. Quanto à água, afirmou que será provável que no decurso de 2003 toda a população do concelho possa pedir ligação à rede. A construção do depósito de Covão do Lobo tem mesmo um prazo curto para obrigar a que durante o ano de 2003 haja água em todo o concelho. Quanto à Biblioteca, relembrou que o projecto carece da apresentação da parte especificamente relacionada com a segurança. Com essa parte do projecto pronta, logo o IPLB (Instituto Português da Biblioteca e do Livro) o aprovará e poderá avançar-se para concurso público. No que respeita às estradas da freguesia da Ponte de Vagos, afirmou que existe uma certeza absoluta de que elas serão feitas, pois sê-lo-ão através da empreitada de água que está a decorrer. Como havia uma verba excessiva no contrato, na parte do alcatroamento, fez-se uma renegociação física, ficando a empresa responsável pelo alcatroamento integral das ruas e sendo a despesa para a Câmara residual. Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado António Nunes, recordou que só duas das obras tinham fim previsto para 2002. Recordou ainda que já havia dado explicações sobre as razões dos atrasos. Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Jorge Luís, afirmou que quando se elabora o Plano para 2003 já são conhecidos os valores da execução física de 2002. Assim, a discrepância que surge em relação aos valores de 2002 no Plano desse ano e aos valores de 2002 inscritos no Plano para 2003 diz respeito à verificação da taxa de execução correcta. Assim, o Plano

de 2003 tem inscritos os acertos decorrentes de uma realidade já conhecida. O mesmo se passa em relação a vários projectos que só durante o ano de 2002 viram o seu caderno de encargos concluído. Quanto à repartição das despesas por vários anos, deve-se ao facto de ser essa a previsão correcta para a execução das obras. Quanto à rubrica Área de Localização Empresarial e Equipamentos, explicou que esse projecto será reformulado, pois havia uma previsão de uma candidatura de uma espaço com essas características, o que no entanto não será possível. O projecto foi inscrito, mas o ano de 2003 servirá para a sua reformulação e candidatura enquanto Parque de Congressos e Exposições. Em relação ao orçamento de 2002, e no que respeita ao saneamento da Zona Industrial, conhecem-se agora os verdadeiros valores. No entanto, a obra pode nem avançar, dado que ou a Câmara anula o concurso ou atribui a obra ao candidato colocado em terceiro lugar, uma vez que existe um conflito, já em tribunal, entre os candidatos colocados no primeiro e no segundo lugar.----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia perguntou aos senhores deputados se estavam esclarecidos ou se desejavam fazer mais perguntas.----------

-------- O senhor deputado Jorge Luís voltou a questionar o senhor Presidente da Câmara sobre o valor realizado, inscrito em duas rubricas do Plano. Na página vinte e dois, nas rubricas respeitantes às obras de abastecimento de água às freguesias de Calvão e Santo André e a Calvão/Sul, referiu que o valor inscrito como realizado, no Plano para 2003, não pode ser menor do que o valor inscrito como realizado, no Plano para 2002. A não ser que tenha havido alterações nos projectos. Porém, assim como estão, essas rubricas irão provocar discrepâncias no Orçamento.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara informou que o programa POCAL (Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais) foi instalado nos serviços da Câmara durante o ano de 2002. No entanto esse programa só vai buscar, em termos de registo de contabilidade, os pagamentos feitos nesse ano e no seu âmbito. De modo que todos os valores pagos anteriormente não se encontram contemplados no Plano; lá só se encontram os valores pagos em 2002 e o que falta pagar, já com alguns acertos relativos a trabalhos a mais e que encareceram as obras.----------

-------- O senhor deputado Jorge Luís Oliveira voltou a referir que existe uma discrepância nas contas já que, somando os valores inscritos como realizados no Plano anterior, os valores inscritos como realizados no Plano para 2003 e o valor residual, que ainda falta executar, vai dar origem a um valor superior ao orçamentado, ultrapassando mesmo o limite dos 25%. Dado isto, questionou se não poderão existir problemas futuros.----------

-------- O senhor Presidente da Câmara referiu que em termos de programa não há qualquer tipo de erros.----------

------- O senhor Presidente da Assembleia colocou depois à votação o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para o ano de 2003, tendo-se apurado o seguinte resultado: 0 (zero) votos contra, 17 (dezassete) abstenções e 15 (quinze) votos a favor.----------

------- O Plano e o Orçamento foram assim aprovados.----------

-------- A senhora deputada Dulcínia Sereno fez uma declaração de voto, alertando os seus colegas Presidentes de Junta, lembrando que no ano de 1998 se absteve na votação do Plano, uma vez que este não tinha nenhuma obra prevista para a freguesia de Santo André. E que, por posteriormente não ter tido direito ao trabalho de máquinas da Câmara, lhe foi comunicado, em Ofício, o seguinte: “quanto a não ceder as máquinas a essa Junta de Freguesia, foi durante o período que não tivemos o Plano de Actividades e Orçamento aprovado, situação para a qual Vossa Excelência também colaborou. Deste modo, não sabíamos o que é que a Junta de Freguesia pretendia, porque não tinha cabimento legal. Quanto ao resto saberá Vossa Excelência como melhor actuar, pois tem toda a legitimidade para proceder como melhor entender.”----------

-------- **PONTO TRÊS – ELEIÇÃO DO MEMBRO PARA CONSELHO DE SAÚDE** ----------

-------- O senhor Presidente da Assembleia questionou os porta-vozes de todos os grupos parlamentares sobre a existência de nomeações para votação. O CDS-PP propôs o senhor deputado Hugo Jorge.----------

-------- Realizada a votação, foi este deputado eleito para membro do Conselho de Saúde com 30 (trinta votos) a favor e 2 (duas) abstenções.----------

-

-------- **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA REFERENTE AO ANO DE 2002**

-------- Uma vez que a proposta da Câmara Municipal sobre este ponto já havia sido anteriormente apresentada, e que nenhum deputado manifestou desejo de usar da palavra, passou-se directamente à votação.----------

-------- A proposta de manter as taxas em vigor foi aprovada com 31 (trinta e um) votos a favor e 1 (uma) abstenção.----------

-------- Seguidamente foi dada a palavra ao público presente na sala, não tendo havido lugar a qualquer participação.----------

-------- De imediato, o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão.----------

--------O senhor Presidente da Assembleia colocou a minuta da acta à votação. A mesma foi aprovada por unanimidade.----------

-------- E, nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.----------